

ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

Crise, desafios e perspectivas

Joilson Cabral
Maria Viviana Cabral
(Organizadores)

ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

Crise, desafios e perspectivas

Joilson Cabral
Maria Viviana Cabral
(Organizadores)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kápio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Economia do estado do Rio de Janeiro: crise, desafios e perspectivas

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Joilson Cabral
 Maria Viviana Cabral

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
E19	<p>Economia do estado do Rio de Janeiro: crise, desafios e perspectivas / Organizadores Joilson Cabral, Maria Viviana Cabral. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0757-7 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.577222411</p> <p>1. Economia - Rio de Janeiro. I. Cabral, Joilson (Organizador). II. Cabral, Maria Viviana (Organizadora). III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 330.98153</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), pelo apoio financeiro concedido por meio do **edital FAPERJ N° 16/2019**, viabilizando a publicação desta obra.

Ao Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Desenvolvimento, ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro pelo apoio institucional.

A todos os parceiros institucionais e pesquisadores que submeteram seus trabalhos que muito contribuíram para o debate no II Seminário de Economia Fluminense.

Por fim, aos autores - estudantes de graduação, pós-graduação e professores - dos artigos selecionados para comporem esta obra pelo esforço e contribuição para a sistematização de uma agenda de reflexão acerca da Economia Fluminense.

Nosso muito obrigado, Joilson Cabral e Maria Viviana Cabral, Orgs.

APRESENTAÇÃO

Várias publicações científicas têm enfatizado a falta de estudos sobre o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro (ERJ). A boa notícia é que o presente livro intitulado *Economia do Estado do Rio de Janeiro: Crise, desafios e perspectivas*, a partir da seleção de artigos apresentados durante o II Seminário de Economia Fluminense, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Desenvolvimento (PPGER) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), vem preencher essa lacuna e ampliar o debate sobre a economia fluminense.

A obra traz elementos para a discussão dos desafios atuais do desenvolvimento fluminense de recuperação fiscal, sem deixar de buscar as raízes históricas e de transformações produtivas, vivenciadas a partir de 1990, que influenciaram fortemente a capacidade de arrecadação tributária do estado do Rio de Janeiro. Além disso, esta obra contribui com aplicações do método de insumo-produto a diferentes ângulos de análise de encadeamentos de setores produtivos que podem servir de valioso subsídio para o planejamento estadual.

É importante registrar que essa contribuição se soma a outras iniciativas institucionais anteriores significativas na acumulação de conhecimento sobre o ERJ, entre as quais: a criação da Mestrado de Planejamento Regional e Gestão da Cidade, da Universidade Cândido Mendes de Campos de Goytacazes, em 2001; a publicação da Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, periódico científico da Fundação CEPERJ, editada desde o ano de 2013 - que passou a ser coordenada em parceria com a UERJ a partir de 2021; a reorganização do Instituto de Estudos sobre o Rio de Janeiro (IERJ) a partir de 2015; a organização do Seminário de Economia Fluminense (SEF) desde 2017 pela UFRRJ; a criação do Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Desenvolvimento, da UFRRJ, em 2018; a constituição da Rede Pró-Rio, sediada na UERJ, desde 2020.

Parafraseando o saudoso mestre Carlos Lessa, “o Rio tem quilômetros de crônicas, mas pouca reflexão, análise”. Fica aqui o convite para que os leitores se debrucem sobre os relevantes resultados trazidos pelos seis capítulos deste livro e desfrutem de uma maior compreensão acerca das causas da recuperação fiscal e dos diagnósticos equivocados para a arrecadação tributária. Este último item reside nos desafios das transformações produtivas e políticas associadas à ausência de planejamento estadual para aproveitamento dessas transformações, tão bem analisadas no conjunto dos capítulos. Finalmente, mas também de grande importância, o uso da metodologia de insumo-produto e o seu potencial para a realização de diagnósticos necessários à formulação de qualquer planejamento é mais um dos legados deixado pelos autores. Este estudo faz parte deste esforço e esperamos que ele possa ser um passo inicial nesta trajetória de adensamento e sistematização da reflexão sobre a economia fluminense. Boa Leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

RIO DE JANEIRO: CRISE ESTRUTURAL E ALTERNATIVAS

Mauro Osorio

Henrique Rabelo

Maria Helena Versiani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5772224111>

CAPÍTULO 2..... 19

FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: NOTAS HISTÓRICAS E COMPARATIVAS

André Aranha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5772224112>

CAPÍTULO 3..... 34

RIO DE JANEIRO E OS LIMITES DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL: RISCOS DE REAFIRMAÇÃO DE UM PADRÃO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA

Bruno Leonardo Barth Sobral

Bruno Cabral Muniz Freire

Maria Clara Vieira Paiva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5772224113>

CAPÍTULO 4..... 58

ANÁLISE DOS EFEITOS DOS GASTOS EMERGENCIAIS COM COVID-19 NOS SETORES PRODUTIVOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Thaís Ribeiro da Silva

Joilson de Assis Cabral

Carlos Otávio de Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5772224114>

CAPÍTULO 5..... 78

CUSTO DO DÉFICIT DE PETRÓLEO PARA A ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Adriano de Oliveira da Silva

Joilson de Assis Cabral

Maria Viviana de Freitas Cabral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5772224115>

CAPÍTULO 6..... 90

O CLUSTER TECNOLÓGICO NAVAL (CTN-RJ) E A RETOMADA ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA PERSPECTIVA MAIS ABRANGENTE

Thauan Santos

Diego Biangolino Teixeira Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5772224116>

SOBRE OS ORGANIZADORES 107

RIO DE JANEIRO: CRISE ESTRUTURAL E ALTERNATIVAS

1 | BREVE TRAJETÓRIA

O Rio de Janeiro se constrói hegemonicamente como um espaço de articulação nacional, inicialmente derivando seu dinamismo econômico-social do fato de ser o principal porto brasileiro e centro militar e, posteriormente, de ser a Capital da República e centro cultural, político e econômico – como sede do poder, centro financeiro do país e sede de empresas públicas e privadas que atuam no território brasileiro e mesmo latino-americano.

Nessa trajetória, a cidade do Rio de Janeiro, possuía até o início do século XX o maior parque industrial do país. A partir de dados do Censo Industrial de 1907, verificamos que a participação do PIB industrial carioca no total do país era de 30,20%, contra uma participação do total do estado de São Paulo de 15,92% (CANO, 1998). Se somarmos o PIB industrial da cidade do Rio de Janeiro com o do antigo estado do Rio de Janeiro, de 7,55%, a região correspondente ao atual território fluminense¹ concentrava 37,75% do PIB industrial nacional.

Já o Censo Industrial de 1919 indica que o estado de São Paulo, tendo em vista a consolidação do “complexo cafeeiro paulista”², passou a concentrar 31,5% do PIB industrial

Mauro Osorio

Economista, doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/Universidade Federal do Rio de Janeiro-IPPUR/UFRJ; professor associado da Faculdade Nacional de Direito-FND/UFRJ; e diretor-presidente da Assessoria Fiscal da Alerj

Henrique Rabelo

Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, diretor da Assessoria Fiscal da Alerj e integrante do Instituto de Estudos do Rio de Janeiro-IERJ

Maria Helena Versiani

Historiadora, doutora em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV, pesquisadora no Museu da República e integrante do IERJ.

Agradecimentos especiais à colaboração de Lídia Silveira Arantes, economista, doutoranda pelo IE/UFRJ e integrante da Assessoria Fiscal da Alerj

“A dificuldade não está nas novas ideias, mas em escapar das velhas, que se ramificam, para aqueles que foram criados, como a maioria de nós foi, por todos os cantos de nossas mentes.” (J. M. Keynes)

1 Até 1975, a região que hoje chamamos de estado do Rio de Janeiro era dividida em duas unidades federativas: a cidade do Rio de Janeiro – que foi Distrito Federal (1763-1960) e o estado da Guanabara (1960-1975) – e o antigo estado do Rio de Janeiro. Em 1975, ocorreu a fusão dessas duas unidades federativas, formando-se o atual estado do Rio de Janeiro. Por esse motivo, ao analisarmos o território que abrange a atual região fluminense em períodos anteriores a 1975, utilizamos o somatório de dados relativos ao antigo estado do Rio de Janeiro e à cidade do Rio de Janeiro.

2 Sobre o assunto, ver MELLO, 1982.

brasileiro, contra uma participação na cidade do Rio de Janeiro e do antigo estado do Rio de Janeiro de, respectivamente, 20,8% e 7,4%, totalizando um PIB industrial na região correspondente ao atual território fluminense de 28,2% (CANO, 1998). Ou seja, o estado de São Paulo, a partir de 1919 já lidera o processo de crescimento econômico brasileiro.

No entanto, apesar da cidade do Rio de Janeiro apresentar uma contínua perda de posição relativa comparativamente a São Paulo no correr de todo século XX, entre 1920 e 1960 o dinamismo carioca se mantém próximo ao da média nacional. Isto se deve ao fato de, embora perdendo continuamente posição relativa no cenário industrial da economia brasileira, o antigo Distrito Federal, como sede do poder, continuar a atrair e gerar investimentos nesse período. Carlos Lessa pontua essa questão da seguinte forma:

“As décadas de 1920 a 1960 foram de prosperidade e de acumulação de prestígio no Rio de Janeiro. A cidade desdobrou-se em novos comportamentos e dimensões. (...) O Rio urbanizou-se em sintonia com esses novos tempos. Cabe sublinhar que foi sendo secundarizado, em termos de produção industrial, em relação a São Paulo. Desde a Primeira Guerra Mundial, São Paulo lidera a produção industrial e, apesar de crescer, o Rio vê a distância relativa das respectivas bases industriais ser ampliada, para não lembrar a espantosa diferença no campo agrícola. Porém o Rio – concentrando serviços sofisticados, com o núcleo de comando do sistema bancário, sediando os escritórios centrais da maioria das grandes empresas, sendo o portal dos visitantes nacionais e estrangeiros, e alimentado por contínuas e crescentes injeções de gasto público – parecia ter assinado um pacto com a eterna prosperidade”. (LESSA, 2000, p. 237-238).

Além disso, o antigo estado do Rio de Janeiro – considerado por Lysia Bernardes (1964) uma região polarizada do ponto de vista econômico pela cidade do Rio de Janeiro – foi cenário de investimentos federais, como a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Nacional de Álcalis e a Refinaria Duque de Caxias, investimentos estes cujas decisões locais estariam relacionadas à proximidade da antiga Capital Federal e à existência de uma tendência dominante no governo central a favor da realização de um contraponto no país ao predomínio econômico paulista³.

Assim, indicadores relativos ao PIB dos estados e regiões do Brasil apontam que, nos anos 1950, o território que abrange a atual região fluminense como um todo apresentaria um crescimento médio percentual de 6,6% ao ano, bastante próximo ao da região Sudeste, de 6,7% ao ano e, também, ao total do Brasil, de 7,1% ao ano.⁴

3 LESSA, 2000.

4 Ver PACHECO, 1998.

21 MUDANÇA DA CAPITAL PARA BRASÍLIA E CRISE ECONÔMICO-SOCIAL NO RIO DE JANEIRO

A partir de 1960, no entanto, com a transferência da Capital Federal para Brasília, os territórios carioca e fluminense, por derivarem o seu dinamismo econômico centralmente da história de Capital e de capitalidade da cidade do Rio de Janeiro⁵, e pelo fato dessa transferência ter sido feita basicamente sem compensações financeiras, viriam a sofrer um processo de erosão de importância e de dinamismo econômico-social. Isto levou a economia do estado do Rio, principalmente a partir dos anos 1970, com a consolidação da transferência da Capital Federal, a apresentar, entre 1970 e 2018⁶, a maior perda de participação no PIB nacional entre todas as unidades federativas, de 35,0%. Nesse período, a participação da economia fluminense no PIB nacional passou de 16,7%, em 1970, para 10,2%, em 2018, de acordo com dados do IBGE. Na mesma direção, a economia da cidade do Rio de Janeiro apresentou a maior perda de participação no PIB nacional entre todas as capitais dos estados brasileiros, de 59,5%. A participação da economia carioca no PIB nacional passou de 12,8%, em 1970, para 5,2%, em 2018, também de acordo com dados do IBGE.

Essa trajetória fez ainda com que – segundo dados do emprego formal constantes da série mais longa disponibilizada pela Relação Anual de Informações Sociais-RAIS/Ministério do Trabalho e Previdência –, entre 1985 e 2019, o estado do Rio tenha apresentado um crescimento do emprego formal de apenas 51,0%, contra um crescimento maior do que o dobro no total do país, de 132,1%. Na indústria de transformação, nesse período, o estado do Rio de Janeiro apresentou uma queda do emprego formal, de 30,6%, contra um crescimento no país de 38,5%. Tanto no total de atividades econômicas quanto na indústria de transformação, o crescimento do emprego formal no estado do Rio de Janeiro foi o menor entre todas as unidades federativas brasileiras. Mesmo no setor serviços, que tem forte importância na economia fluminense, o crescimento do emprego formal no estado do Rio de Janeiro também foi, entre 1985 e 2019, o menor entre todas as unidades federativas, de apenas 81,2%, contra um crescimento no total do Brasil de 195,0%.

Essa trajetória pós-1960 levou, também, a economia do estado do Rio de Janeiro, a passar, entre 1985 e 2019, da 2ª posição, em termos de empregos formais na indústria de transformação, então atrás apenas do estado de São Paulo, para a 6ª posição, tendo sido ultrapassado pelos estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Quanto ao número de empregos formais no total de atividades, o estado do Rio de Janeiro

5 Os conceitos de Capital e capitalidade não são sinônimos. Usamos “capitalidade”, partindo da formulação teórica de Giulio Argan – arquiteto, historiador da arte, prefeito comunista de Roma (1976-1979) –, “como o lugar da política e da cultura, como núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, representando, cada uma a sua maneira, o papel de foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro do poder e lugar de memória” (MOTTA, 2001, p. 24). Nem sempre a cidade que se constrói como o núcleo central da capitalidade de um país é a sua Capital. Nos EUA, por exemplo, é Nova York e não Washington. Na Austrália é Sidney e não Cambera.

6 Ao ser comparado o peso da economia do estado do Rio de Janeiro na economia nacional, entre 1970 e 2010, usou-se, para o ano de 1970, o somatório dos PIBs carioca e do antigo estado do Rio.

também foi ultrapassado, no mesmo período, pelo estado de Minas Gerais, passando da 2ª para a 3ª posição, entre as unidades federativas.

A partir de 1995, alguns autores passaram a apontar a existência de uma inflexão econômica positiva no estado do Rio de Janeiro, tendo em vista que, na segunda metade dos anos 1990, o estado apresentou pequena melhora em termos da participação do PIB fluminense no PIB nacional.⁷ Isto, no entanto, foi fruto apenas do efeito da ampliação da extração de petróleo em alto-mar, na Bacia de Campos, esse episódio não tendo se irradiado pela economia fluminense e permitido uma reversão do seu baixo dinamismo no cenário brasileiro, principalmente a partir dos anos 1970, quando se consolida a transferência da Capital para Brasília.

Isto pode ser visto, por exemplo, a partir do fato do estado do Rio de Janeiro ter se mantido, no período pós-1995, como a unidade da federação com menor dinamismo na geração de empregos formais. Entre 1995 e 2019, o crescimento do emprego formal no total de atividades, no estado do Rio de Janeiro, foi de apenas 50,2%, contra um crescimento no total do país de 100,2%, segundo os dados da RAIS/Ministério do Trabalho e Previdência.

Da mesma forma, a partir da segunda metade dos anos 2000, surgiu nova especulação apontando que o estado do Rio de Janeiro teria dado a “volta por cima”, estando com o “crescimento contratado”, e que viveria um “momento mágico” em função da adoção de novo padrão de políticas públicas e pela realização dos megaeventos.

Isso fica claro em livro organizado por André Urani e Fábio Giambiagi, publicado em janeiro de 2011, do qual destaco o seguinte trecho da apresentação feita pelos organizadores:

“Tanto a nível municipal [cidade do Rio de Janeiro] quanto estadual nota-se nos últimos anos a adoção de políticas públicas adequadas, com melhor embasamento técnico, maior utilização de pessoal qualificado, preocupação com o desenvolvimento das carreiras no setor público e apoiadas em certa reflexão prévia sobre os respectivos temas, marcando uma diferença importante em relação a três décadas dominadas, em maior ou menor grau, por práticas políticas atrasadas, eivadas de traços de forte populismo e desleixo administrativo” (URANI; GIAMBIAGI, 2011, Apresentação).

Ainda no mesmo livro e dentro da suposição de que o Rio tinha finalmente superado o seu círculo vicioso, destaque-se o seguinte trecho de texto publicado pela jornalista Flávia Oliveira, na contracapa:

“Está claro que o Rio de Janeiro rompeu com o ciclo de decadência que parecia aprisioná-lo. São bons os ventos que sopram sobre o mundo econômico e o ambiente de negócios”.

Infelizmente, essa nova perspectiva também não se confirmou. Entre 2006, início da primeira gestão de Sérgio Cabral à frente do Governo do Estado, e 2019, o estado do Rio

⁷ Sobre o assunto, ver NATAL, 2004.

de Janeiro apresentou um crescimento do emprego formal de apenas 19,7%, contra um crescimento no total do país de 35,3%, segundo os dados da RAIS/Ministério do Trabalho e Previdência.

Para completar o quadro do estado do Rio de Janeiro, a partir de 2015 a economia fluminense mergulhou. Entre dezembro de 2014 e dezembro de 2019, a cidade e o estado do Rio de Janeiro perderam, respectivamente, 16,9% e 14,9% do total dos empregos com carteira assinada, contra uma perda na cidade e estado de São Paulo e no Sudeste e Brasil de, respectivamente, 2,6%; 3,1%; 3,0%; e 4,3%, conforme mostra o Quadro a seguir:

Unidade Territorial	Estoque 2014	Saldo acumulado 2014-2019	Estoque 2019	Varição (%) 2014-2019
Cidade do Rio de Janeiro	2.173.757	-367.691	1.806.066	-16,9
Estado do Rio de Janeiro	3.843.256	-573.568	3.269.688	-14,9
Cidade de São Paulo	4.471.872	-115.418	4.356.454	-2,6
Estado de São Paulo	12.621.527	-393.808	12.227.719	-3,1
Sudeste	21.446.467	-1.280.840	20.165.627	-6,0
Brasil	40.562.383	-1.752.760	38.809.623	-4,3

Quadro 1: Variação e Saldo de empregos com carteira assinada nas regiões selecionadas, entre 2014 e 2019

Fonte: RAIS / Ministério do Trabalho e Previdência

Além disso, de acordo com dados do novo Caged/Ministério do Trabalho e Previdência, o estado do Rio de Janeiro perdeu, em 2020, 127.155 empregos com carteira assinada, a maior perda entre todas as unidades federativas.

O agravamento da situação do estado do Rio de Janeiro derivou do fato da região já vir, desde os anos 1970, em uma crise estrutural e de uma série de fatores específicos da crise política e econômica que se instalou no país a partir do início de 2015, que afetaram particularmente o território fluminense. Além disso, a partir de 2014, o preço do barril do petróleo despencou pesadamente, afetando assim a receita pública do governo estadual e de vários municípios do estado do Rio de Janeiro. A Petrobras sofreu uma paralisação com o processo da lava jato, além de ter passado, a partir do governo Temer, por forte processo de enxugamento, tendo em vista a visão econômica liberal que vigeu na empresa desde então, seja pela presença de empreiteiras com sede no Rio de Janeiro também atingidas pela lava jato. Isto sem falar no fim dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro, que deixaram dívidas com bancos como o BNDES e não deixaram legados significativos para a cidade.

A trajetória de decadência socioeconômica pós-1960 da região em exame derivou

também do fato de, nos territórios da Guanabara e do antigo estado do Rio, entre 1960 e 1974, e, a partir da fusão, em 1975, no novo território fluminense, não se ter conseguido lograr, do ponto de vista da formulação e da constituição de uma hegemonia política, a elaboração e execução de uma estratégia regional de fomento ao desenvolvimento econômico-social, que desse conta da ruptura ocorrida, nos anos 1960, com a transferência da Capital.

Sobre a ausência de uma consistente estratégia de fomento ao desenvolvimento econômico-social para a cidade do Rio, e mesmo, posteriormente, para o atual estado do Rio de Janeiro, vale reproduzir o seguinte trecho de uma reflexão feita, em 2001, por Raphael de Almeida Magalhães, vice-governador no primeiro do governo da Guanabara entre 1960 e 1965:

“A criação do estado da Guanabara em si mesma não poderia dar conta das causas que determinaram a decadência da cidade. Teve, entretanto, o mérito de permitir a autonomia política da cidade, cujo governo pôde, com verdadeiro empenho, tentar, ao menos, recuperar a qualidade dos serviços básicos, enfrentando, com êxito parcial, alguns dos mais agudos problemas de infraestrutura herdados da época da dominação Federal.

A verdade é que a simples autonomia política não bastava para a viabilização de um projeto de restauração substitutiva da base produtiva da cidade e da sua região, afetada com a perda irreversível da condição de metrópole nacional. (...)

Redescobrir funções reorganizadoras das atividades econômicas continua sendo, assim, (...) o verdadeiro desafio para a cidade e sua região. Identificá-las, agora, se inscreve, além do mais, no complexo contexto de nosso tempo, que deve considerar a globalização da economia e a necessidade vital de nova forma de articulação do Brasil com os centros decisórios internacionais” (MAGALHÃES, 2001, p. 4-5).

Carlos Lessa (2000) aponta que, para a não construção de uma estratégia consistente de fomento ao desenvolvimento regional para o território fluminense, contribuiu o fato de que a população carioca e fluminense demorou a perceber a decadência já em curso desde a transferência da Capital, só passando a ter essa percepção, em alguma medida, nos anos 1980, no bojo da crise econômica que se instaura no país, na chamada década perdida.

Ou seja, o dinamismo econômico brasileiro entre 1968 e 1980, com base no “milagre econômico” e no II PND⁸, mascarou a realidade do estado do Rio de Janeiro já vir tendo uma taxa de crescimento econômico bem abaixo da ocorrida na Região Sudeste e no total do país.⁹

Carlos Lessa (2000) ressalta ainda que a crise que se instalou no país a partir dos anos 1980 afetou pesadamente a capacidade de gasto do poder público no Brasil. Como,

8 Sobre o assunto ver: LACERDA *et. al.*, 2010 e LESSA, 2000.

9 Sobre o assunto ver: ROSA; OSORIO, 1995.

no final dos anos 1970, a presença de instituições governamentais na cidade do Rio de Janeiro ainda era forte, a crise econômico-fiscal atingiu a região de forma mais significativa do que na média das demais regiões brasileiras.

Nos anos 1980, o Rio de Janeiro também foi particularmente atingido na crise brasileira dos anos 1980 pelas características do II PND implantado pelo Governo Federal, na gestão de Ernesto Geisel. De acordo com Lessa (2000), o governo Geisel e o II PND tinham como uma de suas estratégias enfrentar a concentração econômica que vinha ocorrendo no país, desde o início do século, no estado de São Paulo. Na Região Sudeste, a estratégia do II PND foi fomentar um segundo complexo metalmeccânico em Minas Gerais, tendo como âncora a ida da Fiat para aquele estado, e reforçar o estado do Rio de Janeiro como polo científico tecnológico¹⁰.

No entanto, como os investimentos em atividades econômicas/tecnológicas de ponta exigem, via de regra, maturação de mais longo prazo, a crise externa e fiscal na década perdida brasileira também atingiu o estado do Rio de Janeiro com maior força.

A demora na percepção do descolamento progressivo da trajetória da economia do território fluminense em relação ao ocorrido na economia brasileira e da necessidade de uma estratégia de fomento ao desenvolvimento regional para os territórios carioca e fluminense também derivou da transferência da Capital ter ocorrido de forma lenta, só se consolidando nos anos 1970.

Além disso, também contribuiu para a demora na percepção apontada e a não constituição de uma estratégia de fomento ao desenvolvimento econômico-social regional, a história de capitalidade da cidade do Rio de Janeiro e sua região de influência, fazendo com que, mesmo até os dias atuais, os hábitos e as atenções sociais nela construídos voltem-se fundamentalmente para a temática nacional. Arnaldo Niskier, no trabalho denominado *Rio Ano 2000* (Guanabara, Comissão do Ano 2000, 1970), pontuou essa questão afirmando que o fato da história da cidade de São Sebastião ter, durante quase dois séculos, se confundido muitas vezes com a história brasileira, teria feito com que a vivência dos problemas nacionais, no Rio, reduzisse “a pálidos reflexos os problemas locais. [Assim,] depois da mudança da Capital para o Planalto, o povo carioca descobriu que só conhecia de si mesmo e de sua cidade a visão do turista apressado” (Guanabara, Comissão do Ano 2000, 1970, p. 15).

As permanências de hábitos, frutos de uma determinada cultura e história, podem ser analisadas utilizando-se o conceitual teórico de economistas institucionalistas como Douglass North (1993) e Geoffrey Hodgson (1997), quando afirmam que uma determinada conformação institucional criaria hábitos e rotinas arraigados, nos quais as questões de

¹⁰ Geisel também procurou reforçar o conjunto da economia carioca e fluminense realizando a fusão entre a Guanabara e o antigo estado do Rio de Janeiro, em 1975. A ideia era gerar um jogo de ganha-ganha do ponto de vista econômico. Afirmava que a cidade do Rio seria uma “cabeça sem corpo” e o antigo estado do Rio um “corpo sem cabeça”. Sobre isso, ver OSORIO, 2004.

escolha se apresentariam como algo regular, repetitivo e claramente evidente – contribuindo para que nesta região não venha a ocorrer a percepção, de forma imediata, da quebra da dinâmica institucional a partir de um fator “exógeno” (a mudança da Capital). Nesse mesmo sentido, segundo Geoffrey Hodgson, Thorsten Veblen afirmaria que o comportamento humano seria dominado por hábitos de pensamento.

Infelizmente, essa realidade, no estado do Rio de Janeiro, de particular preocupação com os temas nacionais vis-à-vis os locais, que perdura até os dias atuais, pode ser verificada pelo fato de que, a despeito de trabalhos de qualidade, se entrarmos nos sites dos Programas de Mestrado e Doutorado em Economia das Universidades existentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, vemos que permanecem basicamente inexistindo programas de pesquisa oficiais permanentes em Economia Regional. Isto ao contrário do que ocorre em outras regiões brasileiras como São Paulo e Minas Gerais, onde existe uma significativa presença de pesquisas e publicações no campo da Economia Regional.

Nesse aspecto, uma novidade alvissareira é a criação, em 2018, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, do Programa de Mestrado em Economia Regional e Desenvolvimento, que tem priorizado pesquisas sobre a economia e a realidade fluminense.

Por último, em nosso entendimento, a decadência econômico-social pela qual a Guanabara e a Velha Província¹¹ e, a partir de 1974, o novo estado do Rio de Janeiro, passaram, no cenário federativo, teve uma terceira causa, no âmbito da política. A cidade do Rio de Janeiro foi brutal e particularmente atingida pelos processos de cassações realizados pelos governos militares, a partir do golpe de Estado ocorrido em 1964, tendo em vista que o debate político brasileiro ocorria com forte referenciamento na cidade do Rio e, também, tendo em vista a representatividade no debate nacional dos parlamentares eleitos por essa cidade¹².

Nesse processo, extinguiram-se no país as eleições para Presidente da República e governadores, até os anos 1980, quando tem início a redemocratização. Nos anos 1960, após o golpe de 64 e o processo de cassações, assumiu a hegemonia política, com o apoio dos militares – inicialmente na Guanabara e posteriormente, com a fusão, na totalidade do estado do Rio de Janeiro – um político conservador e populista: Chagas Freitas. A partir de então, instituiu-se na cidade e no estado do Rio de Janeiro uma lógica política particularmente clientelística e destruturadora do setor público na região, que será o terceiro elemento a contribuir para o círculo vicioso que se instaura na cidade e no estado do Rio de Janeiro a partir dos anos 1960 e, principalmente, 1970¹³. Essa lógica em um

11 No correr do século XIX, como já citado, o desenvolvimento do setor cafeeiro teve um papel fundamental na economia e história do país. A produção de café iniciou-se na cidade do Rio de Janeiro, mas, rapidamente, transferiu-se para a região do antigo estado do Rio de Janeiro. Isso gerou uma proeminência significativa da região do antigo estado do Rio de Janeiro na economia e na política brasileira, no século XIX, sendo, por esse motivo, a região também conhecida na literatura brasileira como “Velha Província”. Sobre o assunto ver MATTOS, 1987.

12 Sobre esse assunto, ver OSORIO, 2005; VERSIANI, 2007; 2016; e OSORIO; REGO; VERSIANI, 2016.

13 Sobre as consequências da lógica política no dinamismo econômico de uma determinada região, ver NORTH, 1993 e PUTNAM, 1996.

círculo vicioso foi se agravando sendo que atualmente, entre outros aspectos, 57,5% do território carioca é dominado por milícias e 15,4% pelo tráfico, de acordo com levantamento do Mapa dos Grupos Armados do Rio de Janeiro, realizado sob a coordenação da UFF e da USP¹⁴.

A decadência econômica pós-1960 e a degradação da lógica política, que levaram a um círculo vicioso e a uma particular desestruturação da máquina pública do estado do Rio de Janeiro e dos municípios fluminenses, podem ser vistas também, por exemplo, organizando-se um ranking dos resultados do IDEB/MEC para as escolas da rede pública do 1º ao 5º ano do ensino fundamental dos municípios da Região Sudeste, no ano de 2019.

Nesse ranking, que contempla os 1.646 municípios que tiveram o IDEB calculado para o ano de 2019, entre os 500 primeiros colocados aparece apenas o município fluminense de Miracema, na 308ª posição. Entre a 501ª e 1.000ª posição aparecem apenas Rio das Ostras, Macaé, Paty de Alferes e Volta Redonda, respectivamente nas 529ª; 861ª; 948ª e 999ª posições. Além da 1.000ª posição aparecem os demais 87 municípios fluminenses. Deve-se ainda destacar que 18 municípios fluminenses estão entre a 1.600ª e 1.646ª posição. Destes, 13 estão entre os 21 municípios da periferia metropolitana do Rio de Janeiro, onde estão os mais graves problemas do estado.

A desestruturação da máquina pública no estado do Rio de Janeiro pode ser verificada também através de um ranking dos resultados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal/Saúde-IFDM/Saúde para os municípios da Região Sudeste, no ano de 2016.

No ranking do IFDM/Saúde, entre os 1.668 municípios da Região Sudeste contemplados, as posições dos municípios fluminenses também são péssimas, embora não tão ruins quanto o verificado no ranking do IDEB. Assim, entre os 100 primeiros colocados encontram-se apenas 2 municípios fluminenses: Piraí, na 2ª posição, e Porto Real, na 48ª posição. Entre a 101ª e 500ª aparecem 16 municípios fluminenses. Entre a 501ª e 1.000ª posição, 35 municípios fluminenses. Além da 1.000ª posição aparecem 38 municípios fluminenses. Destaca-se que, entre os 21 municípios da periferia metropolitana do Rio de Janeiro, 11 municípios aparecem para além da 500ª posição e 9 aparecem para além da 1.000ª posição. O município de Niterói aparece nesse ranking na 255ª posição.

3 I REAIS OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA O RIO ENTRAR EM UM CÍRCULO VIRTUOSO

Nessa trajetória de decadência socioeconômica e política do estado do Rio de Janeiro desde a transferência da Capital, o setor público no âmbito estadual e de suas prefeituras sofreu um processo de particular degradação, com ampliação da idade média dos funcionários públicos e forte carência de pessoal para execução de políticas públicas

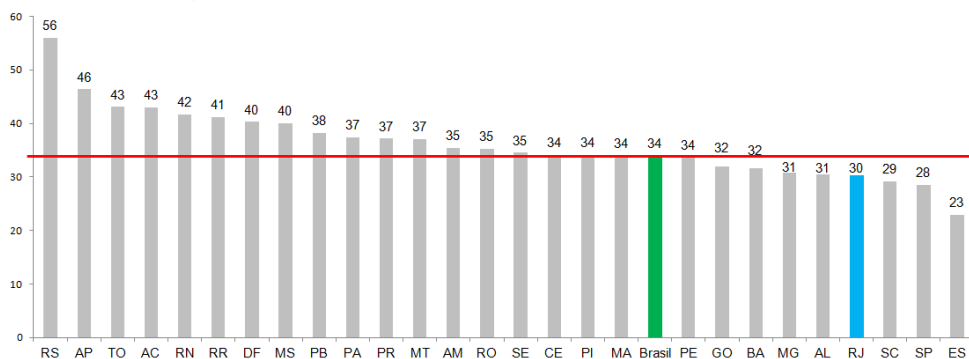
¹⁴ Sobre o assunto ver: <https://nev.prp.usp.br/mapa-dos-grupos-armados-do-rio-de-janeiro/>

de qualidade em diversas áreas.

Por exemplo, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Governo do Estado não possui um único assistente social de carreira em seu quadro. A Fundação Ceperj, que tem entre as suas funções ser “um IBGE e IPEA municipal”, não possui um único estatístico nem um economista em seu quadro de carreira. Na área de engenharia, o Governo do Estado possui atualmente poucos profissionais de carreira, a grande maioria estando próxima da aposentadoria.

Também demonstrativo dessa realidade é o fato de que, entre as unidades federativas brasileiras, existem 23 estados que apresentam um gasto com pessoal ativo do poder executivo em relação à receita corrente líquida estadual superior ao do estado do Rio de Janeiro, como mostra o gráfico a seguir:

Relação percentual entre as despesas com Pessoal Ativo e a Receita Corrente Líquida dos Governos Estaduais das Unidades Federativas, em 2020



Fonte: Assessoria Fiscal da ALERJ com base nos dados do SICONFI do Ministério do Trabalho e Previdência

A compreensão desse diagnóstico na área de pessoal é fundamental, principalmente em um momento em que o estado do Rio de Janeiro assina um novo acordo de recuperação fiscal com o Governo Federal. Ou seja, a situação do estado do Rio de Janeiro é dramática. Temos uma crise fiscal, com falta de pessoal ativo no poder executivo estadual.

É necessário, pois, ao mesmo tempo em que se assina um novo acordo de recuperação fiscal, que permitirá ao estado do Rio de Janeiro ficar nove anos com forte desconto no pagamento de suas dívidas com o Governo Federal, ter em conta que será preciso realizar concursos em diversas áreas no correr desse período e realizar reajustes de salários dos servidores, uma vez que estes já se encontram sem atualização de sua remuneração há vários anos¹⁵.

15 <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/05/rj-adere-ao-novo-regime-de-recuperacao-fiscal.ghtml>>

Ou seja, um dos pressupostos para o estado do Rio de Janeiro sair de seu longo círculo vicioso e entrar em um círculo virtuoso é estruturar o poder público estadual e das prefeituras de forma republicana e transparente, organizar carreiras e uma estrutura pública permanente de planejamento.

A trajetória de carência de dinamismo econômico por décadas contribuiu para que o estado do Rio de Janeiro tenha uma estrutura produtiva rarefeita e pouco integrada, que gera uma quantidade de empregos com carteira assinada insuficiente para atender sua população em idade de trabalho e pouca base produtiva para a arrecadação de impostos. Prova disso, do ponto de vista fiscal, é o fato do estado do Rio de Janeiro estar apenas na 13ª posição em termos de receita de ICMS per capita, conforme apresentado na tabela a seguir:

Unidades Federativas	ICMS per capita	# ICMS per capita
Total das Unidades Federativas	2.446,78	-
Mato Grosso	3.637,33	1
Mato Grosso do Sul	3.616,84	2
Santa Catarina	3.300,71	3
São Paulo	3.226,21	4
Rio Grande do Sul	3.184,01	5
Espírito Santo	2.934,15	6
Distrito Federal	2.831,82	7
Paraná	2.725,78	8
Amazonas	2.576,51	9
Goiás	2.504,64	10
Rondônia	2.475,08	11
Minas Gerais	2.466,74	12
Rio de Janeiro	2.228,06	13

Ranking das Unidades Federativas segundo a arrecadação de ICMS per capita em 2020

Fonte: Assessoria Fiscal da ALERJ com base nos dados do SICONFI do Ministério do Trabalho e Previdência e do IBGE

Observação: A arrecadação de ICMS em valores absolutos do Estado de Minas Gerais ultrapassou o Estado do Rio de Janeiro desde o ano de 2004.

Assim, no momento em que se discutiu um acordo de recuperação fiscal com a sociedade e o Governo Federal, é necessário ter uma política de maior transparência e qualidade nas despesas públicas e mesmo cortar despesas, mas, principalmente, é fundamental ter uma estratégia que leve à ampliação de receitas do estado do Rio de Janeiro.

Tendo em vista esse aspecto central, é necessário subordinar o acordo de

recuperação fiscal – inclusive para que ele de fato ocorra e seja efetivo – a uma estratégia de desenvolvimento em nosso território que leve à dinamização da economia fluminense.

Nesse sentido, é importante analisar os sistemas produtivos que apresentam maior possibilidade de sucesso, a partir do desenho e implementação de seu fomento no estado do Rio de Janeiro.

O primeiro é o que podemos denominar de Complexo Econômico-Industrial e da Inovação em Saúde-CEIS. Esse Complexo de Saúde integra atividades nas áreas de serviço e industrial com significativa presença em nosso estado. Vinculada ao CEIS, temos ainda forte presença da área de pesquisa e inovação, seja por terem sede no estado do Rio de Janeiro instituições como a Fiocruz e o Instituto Vital Brazil, seja pelos fortes grupos de pesquisa nessa área existentes em nosso estado. De acordo com levantamento feito pela Assessoria Fiscal da Alerj, existiam vinculados diretamente ao CEIS, no estado do Rio de Janeiro, no ano de 2019, 459.100 empregos formais.

De acordo com dados levantados pelo economista Carlos Gadelha, da Fiocruz, o Brasil importa anualmente, em bens e serviços vinculados à saúde, cerca de US\$ 15 bilhões¹⁶.

Na medida em que o Brasil implemente uma política de ampliação da produção no país usando principalmente o poder de compra do SUS na aquisição de bens e serviços vinculados ao CEIS – conforme proposto em documento recente publicado pelo Caderno do Desenvolvimento do Centro Celso Furtado em parceria com a Fiocruz, chamado “Desenvolvimento, saúde e mudança estrutural. O Complexo Econômico-Industrial da Saúde 4.0 no contexto da Covid-19”¹⁷ –, o estado do Rio de Janeiro deve procurar observar as oportunidades de fomento ao desenvolvimento do CEIS que podem se abrir em nossa região. Essa política deve ser coordenada pelo Governo do Estado em parceria com as instituições públicas e privadas vinculadas ao CEIS com presença no estado do Rio de Janeiro e as prefeituras fluminenses.

Outra área econômica com potencialidade em nosso estado é o sistema produtivo de petróleo e gás. Desde a ampliação da extração de petróleo no litoral fluminense, nos anos 1990, pode-se afirmar que as riquezas geradas por esse sistema em grande medida vazam do estado do Rio de Janeiro.

Dados organizados pela Assessoria Fiscal da Alerj apontam que, em agosto de 2020, do total de valor dos contratos ativos da Petrobras com seus fornecedores, apenas 19% foram com empresas sediadas no estado do Rio de Janeiro, sendo que 11% estão localizadas em outros estados e os restantes 70% foram com empresas localizadas no exterior do país¹⁸.

16 <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/nao-podemos-ter-um-sus-com-tamanho-dependencia-diz-pesquisador-da-fiocruz-em-meio-idade-do-coronavirus-24366231>

17 CADERNOS, 2021.

18 MARCELLINO *et. al.*, 2020.

Além disso, ao contrário da quase totalidade dos produtos, no caso da extração de petróleo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS é cobrado onde o petróleo é utilizado e não onde é produzido.

Por último, existem indícios, que estão sendo verificados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Alerj, de que as receitas de royalties e participações especiais que as empresas de petróleo têm que pagar ao poder público estariam sendo sub calculadas. Os poços de petróleo mais produtivos, pela legislação vigente no país, pagam, além do percentual de royalties definido, um adicional chamado “participações especiais”. O cálculo dessas participações especiais até hoje é uma caixa-preta. O objetivo da CPI é dar transparência a esse cálculo e avaliar se houve perda de receita para o Rio de Janeiro nos últimos dez anos.

A avaliação de especialistas na área de petróleo, como, por exemplo, a engenheira Magda Chambriard¹⁹, é que, apesar da urgente e necessária transição energética, a exploração de petróleo em alto-mar, no litoral fluminense, ainda será significativa por algumas décadas. Isto porque atualmente 84,3%²⁰ da produção de energia primária consumida no mundo ainda advém de carvão e petróleo e gás e a sua extração no pré-sal é menos poluente do que o carvão e do que a extração em outros locais do planeta, como, por exemplo, o gás extraído no território dos EUA. Além disso, o custo marginal atual de extração do petróleo no pré-sal está abaixo de US\$ 10,00/barril, seja pela infraestrutura já existente no litoral fluminense, seja pelo fato da Petrobras, através de seu centro de pesquisa, Cenpes, ser líder em tecnologia na extração de petróleo e gás.²¹

Dessa forma, é necessário buscar políticas que levem a uma maior presença no estado do Rio de Janeiro de fornecedores das empresas de petróleo²², além de ampliar a fiscalização do repasse das receitas de royalties e participações especiais a que o estado do Rio de Janeiro e suas municipalidades têm direito.

Além disso, é necessário também desenhar uma estratégia para uso, em prol da geração de emprego e renda no estado do Rio de Janeiro, do gás natural existente no litoral fluminense. De acordo com dados levantados pela Assessoria Fiscal da Alerj, em 2020, 50,1% do gás natural extraído no litoral fluminense foram reinjetados. Dessa forma, metade do gás natural extraído em nosso litoral quando da extração de petróleo não está sendo usado nem para atrair empresas para uma maior industrialização do estado, nem para ampliação de oferta de energia a partir do gás em nosso território.

19 Magda Chambriard foi engenheira de carreira da Petrobras, ex-diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo-ANP e atualmente atua como técnica na Assessoria Fiscal da Alerj.

20 BP, 2020.

21 Sobre esse tema, Mark Mattheue, da empresa Julius Baer, apontou no jornal Valor Econômico de 28/07/2021, que o carvão ainda “representa 80% da geração de energia” na China.

22 Visando prospectar as políticas necessárias a uma ampliação do sistema produtivo do petróleo e gás no estado do Rio de Janeiro, a Alerj criou, em fevereiro de 2021, a Comissão Especial de Indústria Naval, de Offshore e de Petróleo e Gás.

Entendemos que a reinjeção do gás ajuda na ampliação da extração de petróleo. No entanto, em um cenário de necessidade energética em que o gás é menos poluente que o petróleo e que a tendência do pré-sal é a da extração de gás crescer fortemente, deve-se pensar em como criar mais estruturas para trazer o gás natural do mar para a terra, visando a dar uso mais nobre a ele em prol da ampliação da renda e do emprego no estado do Rio de Janeiro. Deve-se ter em conta que, entre dezembro de 2014 e dezembro de 2020, cerca de 700 mil cariocas e fluminenses perderam empregos com carteira assinada (dados da Rais e do CAGED do Ministério do Trabalho e Previdência).

A estratégia de fomento ao desenvolvimento no estado do Rio de Janeiro deve evitar apoiar de forma fragmentada setores específicos. O desafio é criar uma estrutura econômica integrada, que gere jogos de ganha-ganha entre as diversas Regiões de Governo do estado.

Nessa linha, deve-se identificar as atividades no setor serviços que tenham sinergias entre elas e que possam ser indutoras do desenvolvimento regional. Entende-se aqui por “atividades indutoras” aquelas que podem ser instaladas em determinado estado para vender bens ou serviços também para outras regiões, assim gerando renda nova para o próprio estado em que se instalou, aquelas que podem substituir produtos que antes eram importados de outras regiões ou atrair pessoas para consumir no estado em que ocorre a política de fomento (como, por exemplo, a atividade turística).

Existem, no estado do Rio de Janeiro, diversas atividades no setor de serviços que geram sinergias entre si, têm potencialidade no estado e podem ser consideradas indutoras. Dentre elas, pode-se destacar o seguinte bloco de atividades: turismo, cultura, entretenimento, esporte, cinema e vídeo e multimídia.²³

Com relação especificamente ao turismo em nosso estado, é necessário, por um lado, reafirmar a sua potencialidade em um estado com belezas de mar e montanha e significativa riqueza cultural. Por outro lado, é importante examinar com acuidade os reais limites da potencialidade dessa atividade para o desenvolvimento de um estado com mais de 17 milhões de habitantes (IBGE).

Em primeiro lugar, precisamos identificar qual é, atualmente, o real peso do turismo na cidade e no estado do Rio de Janeiro. Dados oficiais mostram que existiam na cidade do Rio de Janeiro, em 2019, 20.326 empregos com carteira assinada em hotéis e pousadas. Ou seja, apenas 0,9% do total de empregos formais da cidade do Rio (dados do Ministério do Trabalho e Previdência)

Da mesma forma, estudos que já realizamos mostram que apenas cinco cidades no estado do Rio de Janeiro têm de fato o turismo como principal atividade econômica: Armação dos Búzios, Paraty, Arraial do Cabo, Itatiaia e Mangaratiba.

²³ Sobre o assunto, ver OSORIO, 2014.

Além disso, cabe desfazer senso comuns equivocados, como, por exemplo, a ideia de que a Prefeitura do Rio, no mês de Carnaval, tem sua receita tributária ampliada pela vinda de turistas para a cidade. Uma visita aos dados públicos da Prefeitura do Rio mostra que a receita de ISS no mês do Carnaval é inferior à receita média do ano. Isto porque, em uma cidade de mais de seis milhões e meio de habitantes, se chegam muitas pessoas para curtir a festa carioca, muitos cariocas também saem do Rio ou preferem ficar em suas residências nesse período. Além disso, na semana de Carnaval muitas atividades vinculadas ao setor de serviços sediadas na cidade do Rio ficam fechadas.

Sabe-se que, do ponto de vista econômico, o turismo não gera benefícios apenas para hotéis e pousadas. No entanto, quantificar esse benefício não é tão fácil. Por exemplo, certamente o percentual de bares e restaurantes na cidade do Rio de Janeiro, que têm a maior parte de seu faturamento advindo de turistas, é bastante pequeno em relação ao total dos estabelecimentos desse setor. Além disso, atividades econômicas vinculadas ao turismo não necessariamente atendem ao turista que chega para gastar em território fluminense, mas também atendem moradores do estado que vão gastar em viagem no exterior, como, por exemplo, as agências de viagem que na cidade e no estado do Rio de Janeiro atendem hegemonicamente o chamado turismo emissor, e não o receptor.

Por último, cabe citar que o setor turístico gera em média um salário baixo e apresenta, principalmente fora da cidade do Rio, forte informalidade. Prova disso é o fato de que, em 2020, durante a pandemia, o município no estado do Rio de Janeiro em que uma maior parcela da população precisou do auxílio emergencial por ter ficado sem renda foi Armação dos Búzios. Além disso, de acordo com dados organizados pela Assessoria Fiscal da Alerj, entre os dez municípios em que foi maior o percentual da população que necessitou de auxílio emergencial, estão também os municípios turísticos de Arraial do Cabo e Paraty.

Em uma estratégia de desenvolvimento regional no estado do Rio de Janeiro, é necessário, além de construir uma coordenação de políticas de fomento para os sistemas produtivos com maior potencialidade no estado, desenhar uma política de fomento a partir das potencialidades existentes em cada uma das oito Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro.

Nesse aspecto, é decisivo ter um olhar prioritário para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro-RMRJ, principalmente para a sua periferia. De acordo com trabalhos realizados e dados levantados pela Assessoria Fiscal da Alerj e o Observatório de Estudos sobre o Rio de Janeiro, vinculado à Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, a periferia metropolitana do estado do Rio de Janeiro é a que apresenta maior precarização entre todas as periferias metropolitanas das capitais do Sul e Sudeste do país²⁴.

Um dos particulares problemas dessa região é a carência de infraestrutura, de

²⁴ Sobre o assunto, ver, por exemplo, OSORIO, 2017.

empresas e de empregos formais. Por exemplo, ao realizarmos um ranking da relação entre empregos privados formais e o total da população, no ano de 2019, para os 70 municípios com mais de cem mil habitantes das periferias das capitais das regiões Sul e Sudeste (Rais/ Ministério do Trabalho e Previdência), verificamos que, entre as vinte primeiras posições, aparece um único município da periferia metropolitana do Rio de Janeiro: Niterói, na 17ª posição.

Entre a 20ª e 40ª posição, aparecem apenas os municípios fluminenses de Petrópolis (23ª), Itaguaí (32ª) e Duque de Caxias (36ª). Todos os demais municípios da periferia da RMRJ com mais de cem mil habitantes aparecem abaixo da 40ª posição.

Para atração de empresas e geração de empregos formais na periferia metropolitana do Rio de Janeiro, um pressuposto é a criação de uma infraestrutura integrada que passe por um conjunto de investimentos em saneamento, logística, telecomunicações, energia elétrica, regularização fundiária e melhoria dos equipamentos urbanos. Ou seja, é necessário uma espécie de *New Deal* para a nossa periferia metropolitana.

Além dos claros benefícios que uma política como essa pode gerar em termos da ampliação da renda privada e pública na periferia metropolitana e melhoria da qualidade de vida das milhares de pessoas que moram nessa região, esses investimentos podem ser um dos *starts* fundamentais para tirar o estado do Rio de Janeiro do seu longo círculo vicioso e dar início a um círculo virtuoso.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti (Coord.). *O Rio de Janeiro e sua região*. Rio de Janeiro: IBGE/ Conselho Nacional de Geografia, 1964.

BP. Statistical Review of World Energy. Londres; 2020. V.69. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2020-full-report.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2021.

CADERNOS do Desenvolvimento, v. 16, n. 28. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2021.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995*. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998.

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de (Orgs.). *Economia em marcha forçada*. 3 Ed., São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GUANABARA. Secretaria de Ciência e Tecnologia. Comissão do ano 2000. *Rio Ano 2000*. Rio de Janeiro, 1970.

HODGSON, Geoffrey M. *Economia e evolução: o regresso da vida à teoria econômica*. Oeiras: Celta, 1997.

KEYNES, John Maynard. (1996) *A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Editora Nova Cultural, 1936.

LACERDA, Antônio Corrêa de *et al. Economia brasileira*. São Paulo: Saraiva. 2010.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de autoestima*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MAGALHÃES, Raphael de Almeida. *Breve Histórico sobre a Estruturação Física e Econômica da Cidade e sua Região*. [s.l., s.n.], 2001. Texto mimeografado.

MARCELLINO, I. S.; VEIGA, L.; RABELO, H.; FALCÃO, M. *O potencial representado pelo Sistema Produtivo de Petróleo e Gás no Rio de Janeiro e implicações para o desenvolvimento regional*. [Nota Técnica 01]. Rio de Janeiro: Alerj, 2020.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Squarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1987.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOTTA, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: ALERJ: 2001.

NATAL, Jorge. Inflexão econômica e dinâmica espacial pós-1996 no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Nova Economia*, v. 14, n. 3, Belo Horizonte, p. 71-90, 2004.

NORTH, Douglass C. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

OSORIO, Mauro. A fusão: equívocos e memória. *Jornal dos Economistas*, n. 181, agosto 2004, p. 3-4.

_____. *Rio local, Rio Nacional: mitos e visões da crise carioca e fluminense*. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2005.

OSORIO, Mauro (Coord.). *A capacidade indutora dos serviços no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sebrae/RJ, 2014.

OSORIO, Mauro; REGO, Henrique Rabelo Sá; VERSIANI, Maria Helena. Rio de Janeiro: trajetória institucional e especificidades do marco de poder. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (Orgs.). *Revisitando o território fluminense VI*, Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016, p. 3-24.

OSORIO, Mauro (Coord.). Trajetória e evolução recente da RMRJ. In: PETRAGLIA, Carmen Lúcia; LEITE, Vera França e (Coords.). *Caderno metropolitano 2. centralidades: territórios de perspectivas para políticas públicas*. Rio de Janeiro: Câmara Metropolitana de Integração Governamental, 2017, p.8-21.

PACHECO, Carlos Américo. *Fragmentação da Nação*. Campinas/SP: UNICAMP/IE, 1998.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.

ROSA, L. P.; OSORIO, Mauro. *Gás Natural como Indutor do Desenvolvimento da Economia Fluminense - versão resumida*. Revista Brasileira de Energia, v. 1, p. 35-68, 1995.





URANI, André; GIAMBIAGI, Fábio (ORGS.). *Rio: a hora da virada*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VERSIANI, Maria Helena. *Padrões e práticas na política carioca: os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 e 1970* (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

VERSIANI, Maria Helena. O Rio de Janeiro na República da Ditadura. In: OSORIO, Mauro; MAGALHÃES, Alex Ferreira; VERSIANI, Maria Helena (Coords.). *Rio de Janeiro: reflexões e práticas*. Belo Horizonte/MG: Editora Fórum, 2016, p. 128-147.

ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

Crise, desafios e perspectivas

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **FAPERJ**
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

 **Atena**
Editora
Ano 2022

ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

Crise, desafios e perspectivas

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **FAPERJ**
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

 **Atena**
Editora
Ano 2022